

**Ata da 265ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno do CFESS,
ocorrida na modalidade híbrida, 09 a 12 de Fevereiro de 2023,
Gestão 2020-2022, Melhor Ir à Luta com Raça e Classe em Defesa do Serviço Social.**

1 Entre os dias nove a doze de fevereiro de dois mil e vinte e três, reuniram-se, de modo
2 presencial na sede do Cfess, localizada em Brasília, as conselheiras constantes da lista de
3 presença em termo próprio, para participarem da 265ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno,
4 conforme convocação, por meio da Comunicação Interna Cfess nº 02/2023, de vinte de
5 janeiro de dois mil e vinte e três (20/01/2023). Estiveram presentes à reunião as(o) seguintes
6 conselheiras (o): Maria Elizabeth Santana Borges (Conselheira Presidenta); Maria do Socorro
7 Rocha Silva (Conselheira Vice-Presidenta); Dácia Cristina Teles Costa (Conselheira 1ª
8 secretária); Francieli Piva Borsato (Conselheira 1ª Tesoureira); Elaine Junger Pelaez
9 (Conselheira 2ª Tesoureira); Lylia Maria Pereira Rojas (Membra do Conselho Fiscal);
10 Priscilla Cordeiro Cruz de Barros (Membra do Conselho Fiscal); Alessandra Maria da Silva
11 Dias (Membra do Conselho Fiscal); Mauricleia Soares dos Santos (Conselheira 1ª Suplente);
12 Dilma Franclin de Jesus (Conselheira 2ª Suplente); Ruth Ribeiro Bittencourt (Conselheiro 3ª
13 Suplente); e Kênia Augusta Figueiredo (Conselheira 5ª Suplente). Cumpre registrar que não
14 participaram da reunião do Pleno as conselheiras Carla Alexandra Pereira (conselheira 2ª
15 secretária) em razão do trabalho e Maria Eunice Ferreira Damasceno Pereira (conselheira 4ª
16 Suplente) por situação de saúde familiar. Relato que Maria Elizabeth Santana Borges
17 (Conselheira Presidenta) por estar impedida de viajar devido a situação de saúde participou do
18 Pleno à distância por meio de sistema remoto. Cumpre registrar que houve reordenamento da
19 gestão por meio da RESOLUÇÃO CFESS Nº 1.017, de 9 de janeiro de 2023 com efeitos
20 retroativos a 06 de janeiro de 2023, como decorrência dos pedidos de desincompatibilização
21 dos cargos por parte de Kelly Rodrigues Melatti (Conselheira 1ª Tesoureira); Agnaldo Engel
22 Knevitz (Conselheiro 3ª Suplente); e Emilly Marques Tenório (Conselheira 5ª Suplente) para
23 concorrerem a cargos eletivos para a gestão 2023/2026, conforme exigência emanada pelos
24 artigos 24 e 27 do Código Eleitoral vigente. Esse feito foi deliberado pela Diretoria Executiva
25 reunida no dia 07 de janeiro de 2023 e aprovada ad referendum pelo Conselho Pleno do Cfess
26 na presente reunião. Também recupero que a Conselheira 2ª Secretária Daniela Möller
27 renunciou em 19/04/2022, sendo formalizada a sua saída por meio da Resolução Cfess Nº 996
28 de 28 de abril de 2022, que entrou em vigor a partir de 02/05/2022 e resultou em
29 reordenamento de cargos. Também participaram da reunião as assessorias em suas respectivas
30 áreas: Bianca Bonassi, Ericka Rossana, Natália Faraj, Cristina Abreu, Adriane Tomazelli,
31 Lucas Figueiredo, Rodrigo Nogueira, Sandra Sempé, Sylvia Terra, Vitor Alencar e Rafael
32 Werkema. A pauta da sessão do Pleno foi submetida e aprovada após alterações de pontos e
33 horários entre as Comissões. **Na sequência, foram submetidas à apreciação e aprovadas as**
34 **atas das 260ª Reunião Extraordinária do Conselho Pleno do CFESS, ocorrida na sede do**
35 **Cfess, entre os dias 02 a 04 de setembro de 2022; 262ª Reunião Extraordinária do**
36 **Conselho Pleno do CFESS, ocorrida na sede do Cfess, nos dias 24 a 27 de novembro de**
37 **2022; 263ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno do CFESS, nos dias 9 e 10 de**
38 **dezembro de 2022; e 264ª Reunião Extraordinária do Conselho Pleno do CFESS de**

39 **2022, ocorrida por meio remoto no dia 20 de dezembro de 2022.** Nesse momento, o
40 Conselho Pleno acatou as deliberações ad referendum do reordenamento da Gestão Cfess nos
41 termos acima relatados e também de alteração do início da vigência das Resoluções
42 1014/2022 e 1015/22 para o dia primeiro de março (01/03) do corrente, conforme publicação
43 no Diário Oficial da União (DOU). Com isso, a proposta de Redesenho da Estrutura
44 Institucional pelo Grupo de Trabalho (composto por Beth Borges, Carla Alexandre Pereira,
45 Dácia Teles, Lucas Figueiredo e Rodrigo Nogueira) foi apresentada pelas Diretoras Beth
46 Borges e Dácia Teles e pelas coordenações Lucas Figueiredo, Adriane Tomazelli e Sandra
47 Sempé. Inicialmente, foi recuperado pela conselheira Dácia Teles que o redesenho partiu de
48 uma consulta inicial realizada pela Comissão Paritária do Trabalho que escutou todas(os)
49 trabalhadoras(es) e da análise institucional realizada pela consultoria especializada, Perfix,
50 que considerou as avaliações realizadas por meio de distintas metodologias pelo corpo de
51 trabalhadores(as) e diretoras, onde foram identificadas sobreposições e gargalos de tarefas e
52 atividades nas rotinas de trabalho, com isso, conforme discutido nos Plenos em 2022, houve a
53 proposição e deliberação pelo Pleno da criação de três áreas para atender às atuais demandas
54 deste Conselho Federal. Para isso, foi alterada a Resolução 510/2007 com a criação de dois
55 novos cargos de assessorias (de Gestão do Trabalho e de Planejamento e Finanças) e da
56 criação de duas coordenações como estratégia para garantir melhor organização e
57 atendimento das demandas institucionais e políticas postas no cotidiano. Feita a mudança
58 formal, ressaltou-se o desafio e esforço de se criar fluxos e procedimentos que permitam a
59 integração do trabalho, mas com suas especificidades garantidas, com isso, contínua melhoria
60 das condições e da qualidade do trabalho realizado, de modo que, se tenha uma organização
61 de trabalho que não dependa rotineiramente, como tem sido, do trabalho de conselheiros(as)
62 nas rotinas corriqueiras e administrativas. No entanto, além do esforço e atuação coletiva, foi
63 ressaltado que um processo como esse se estrutura em no mínimo três (03) anos, logo, há
64 muito trabalho pela frente. Na sequência, foram realizadas as apresentações da estruturação
65 inicialmente definida para as três (03) coordenações sendo ressaltado que são proposições que
66 estão em processo de construção coletiva e aberta a contribuições: Coordenação
67 Administrativo-Financeira (CAFI), Coordenação de Relações Técnico-Institucionais (CRTI);
68 e Coordenação de Normas e Procedimentos (CNP), respectivamente, por Lucas Figueiredo,
69 Adriane Tomazelli e Sandra Sempé Na reunião foram feitas avaliações e contribuições que
70 seguem registradas. Alteração da denominação da Coordenação de Normas e Procedimentos
71 para Coordenação de Normas e Regulações (CNR) por representar melhor o escopo da
72 atuação, com isso, faz-se necessária alterar na Resolução 510/2007, tendo sido também
73 recuperado que deve ser modificada a designação da função de Assessoria Especial para a
74 Assessoria em Serviço Social por refletir melhor visão de futuro para a atuação das
75 profissionais assistentes sociais. Uma das dúvidas trazidas se refere a relação das assessorias
76 jurídicas contratadas como pessoas jurídicas, sendo elucidado que até o momento não houve
77 nenhuma alteração no fluxo praticado, tanto na relação com as comissões quanto com as
78 conselheiras. Sendo ressaltado que embora haja particularidades na relação estabelecida
79 historicamente, que não tem como se misturar as orientações, isso porque a pessoa jurídica
80 contratada não faz parte da estrutura organizacional por se tratar de prestação de serviços.
81 Também foi debatida a localização sugerida na estrutura da Comissão de Transparência,

82 sendo explicado que ainda que seja um assunto de responsabilidade de toda a entidade, por ter
83 sido avaliado como uma estratégia de informar para a categoria e toda a sociedade nossas
84 ações e uso dos recursos, foi inicialmente vinculada a Comunicação na estrutura. Dessa
85 discussão foi feita a proposta de se colocar a transparência na transversalidade das áreas, mas
86 foi ponderado que o organograma será enviado para a empresa Perfix analisar tecnicamente o
87 desenho sugerido e, será aproveitado o ensejo para solicitar orientação à consultoria quanto a
88 este item em específico e outras dúvidas suscitadas. No entanto, diante da discussão, essa
89 indicação da localização da comissão da transparência será reavaliado pelas conselheiras e
90 profissionais de referência. As pessoas presentes apresentaram suas dúvidas quanto ao que
91 deve ser solicitado para cada Coordenação, em especial a CRTI e CNR, sob a
92 responsabilidade de Adriane Tomazelli e Sandra Sempé respectivamente, sendo ressaltado
93 que os fluxos estão sendo revistos coletivamente e que na maioria das tarefas os(a)
94 trabalhadores(as) de referência foram mantidos(as) e as alterações devem ser comunicadas
95 pelas coordenações para todo o corpo do Conselho. Cumpre registrar que foi muito elogiado a
96 alteração da nomenclatura de assessoria especial para assessoria em Serviço Social por, dentre
97 outros motivos, colocar a matéria na centralidade da atuação. Aproveitou-se o ensejo e foi
98 informado que os atendimentos relativos ao E-Sic e E-Ouv estão sendo acompanhados e
99 respondidos pela área de Normas e Regulações. Por fim, foi ressaltada a importância e
100 necessidade desse trabalho, ainda que extremamente complexo e que requer muita conversa e
101 sistematizações entre as coordenações para integrar pessoas e processos e aprimorar os fluxos
102 que passam a ser uma tarefa a ser realizada na rotina do Cfess pelo corpo de trabalhadores(as)
103 e conselheiras(os) ao longo do próximo triênio para que o modelo seja consolidado. O
104 Conselho Pleno aprovou o organograma que terá algumas adequações pelas conselheiras nos
105 itens sinalizados e será diagramado pela Comunicação de modo a dar ampla publicidade. Na
106 sequência, foi submetida ao Pleno a dissolução do Grupo de Trabalho Redesenho, uma vez
107 que ele realizou as entregas planejadas, a proposta foi acatada pelo colegiado. Como parte das
108 melhorias organizacionais, foi realizada apresentação pela assessora Bianca Bonassi a
109 proposta de atuação relativa à Gestão do Trabalho que realizou uma síntese expositiva da
110 análise organizacional que ela fez da estrutura e rotinas com o propósito de contribuir com o
111 aprimoramento e no que couber a reorganização de um conjunto de procedimentos voltados a
112 dar suporte a Diretoria Executiva e às Comissões para consecução dos objetivos
113 organizacionais. Ela falou também da necessidade de planejamento para contribuir com as
114 rotinas a partir do redesenho e avaliações, como a necessidade de melhorar o meio de diálogo
115 institucional entre os trabalhadores(as) e destes(as) com as gestoras(es), sobre esse ponto, foi
116 sugerida a ampliação do uso de ferramenta do Teams, para reorganizar a comunicação.
117 Também foram especificadas algumas das proposições, uma delas, se refere a otimização de
118 fluxos e a necessidade de aquisição de um Sistema e Suporte de Gestão de Pessoas, uma
119 ferramenta de software, com o objetivo de apoiar à organização e integração de processos e
120 de informações da gestão do trabalho, como por exemplo, controle de frequência e de
121 planejamento de férias. Foi apresentado o levantamento realizado acerca de sistemas
122 disponíveis com indicação de qual melhor se adequaria à realidade atual do Cfess e os
123 valores. Por todo exposto, após retirada de dúvidas, foi aprovada pelo Pleno a contratação de
124 software para gerenciar a gestão do trabalho. Encaminhamentos: i) Realizar ajustes no

125 organograma aprovado antes da publicação (Responsáveis: Carla, Beth, Dácia e Rodrigo); ii)
126 Diagramar após os ajustes o organograma (Responsável: Comunicação - Rafael Werkema);
127 iii) Publicar no site (Responsável: Comunicação); iii) Enviar ofício para os Regionais e
128 prestadores de serviços da nova estrutura e organograma (Responsável: Sandra Sempé); iv)
129 Alterar na Resolução 510/2007 a denominação aprovada da Coordenação de Normas e
130 Regulações (Responsável: Sandra Sempé); v) Realizar providências para a contratação de
131 sistema de suporte à gestão de pessoas (Responsáveis: Bianca Barros e Lucas Figueiredo).
132 Nada mais a acrescentar, o Pleno foi encerrado às vinte e uma horas e dez minutos (21h10min).
133 Na manhã de sexta-feira, dia dez de fevereiro (10/2), a Plenária foi restabelecida a partir das
134 9h30 com a Comissão de Formação e Relações Internacionais que iniciou com os informes
135 referentes ao Fórum Nacional de formação e trabalho com qualidade em Serviço Social que se
136 reunirá presencialmente por ocasião do 6º Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade
137 Social. Foi realizada uma avaliação positiva da participação do Cfess no Encontro Nacional
138 de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS. Logo após, foi sugerida a necessidade de se
139 reunir com a gestão da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social -
140 ABEPSS, eleita em dezembro/2022, para tratar de pontos a serem retomados pelas entidades,
141 como, por exemplo, estágio de graduação e pós-graduação. Sendo indicado que será realizado
142 em abril no dia anterior ao Pleno. Também foi falado sobre os Termos de Fomento
143 finalizados com a Abepss e que serão encaminhados para a manifestação da fiscal (Cristina
144 Abreu) e enviados para a Abeps. Por fim, foi discutida a necessidade de ser realizada uma
145 reunião de avaliação com a Comissão Ampliada de Relações Internacionais em data ainda a
146 ser definida e que será informada para toda a gestão. Em continuidade, foram discutidos os
147 pontos deliberativos relativos à Comissão de Formação Profissional sendo iniciado pelo
148 lançamento da brochura sobre Residência em Saúde e Serviço Social, o encaminhamento
149 aprovado foi enviar para a Comissão de Comunicação e a previsão de lançamento por meio de
150 live ou reunião com os pela Cress no mês de abril do corrente ano. Encaminhamentos:
151 Providências para finalizar a brochura e lançamento (Responsáveis: Ruth Bittencourt e
152 Comissão de Comunicação - Diogo Adjuto e Rafael Werkema). Outro ponto tratado foi a
153 reunião com o Ministério Público do Trabalho (MPT), cujo encaminhamento foi definir uma
154 data de reunião para discussão de possíveis demandas com a Comissão de Orientação e
155 Fiscalização (Responsáveis: Ruth Bittencourt e Lylia Rojas). Sobre o fechamento do Curso de
156 Serviço Social da Universidade Católica de Salvador (UCSAL) e de outras IES católicas, foi
157 recuperado o histórico relacionado ao fechamento do curso de serviço social e a crise da
158 universidade com possível incorporação por grupos privados de educação e que resultou na
159 organização de um movimento em defesa da UCSal. O Cfess se coloca apoiando, no entanto,
160 há compreensão de que se trata de uma pauta mais afinada com a Abepss. Isso porque se trata
161 de uma questão muito mais ampla que envolve o desmonte de diversas universidades
162 confessionais e a educação superior de forma mais ampla. Também foi sugerido levar esse
163 ponto para ser tratado no Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho. Foi trazido
164 que o Cfess não pode participar da reunião anterior com a Abepss, no entanto, foi avaliado e
165 deliberado que comparecerá na próxima que será no dia 14/2, por meio remoto, através da
166 Comissão de Formação (Responsáveis: Beth Borges e a assessora Natália Faraj). Na
167 sequência, foi falado sobre a solicitação de um artigo feita ao Cfess pela revista Em Pauta, da

168 UERJ, no entanto, foi avaliada pela Comissão de Formação a impossibilidade diante das
169 condições objetivas de final de gestão e demais compromissos já assumidos, face a isso,
170 embora se registre a importância do debate entre formação e trabalho profissional, foi
171 deliberado que não será possível o aceite neste momento. Encaminhamento: Enviar resposta
172 de impossibilidade (Responsáveis: Beth Borges e Adriane Tomazelli). Para encerrar os
173 pontos da Formação, foi falado de solicitação enviada pela Associação Guineense dos
174 Assistentes Sociais com o propósito de estabelecer parceria institucional com o Cfess para a
175 organização e estruturação desta associação. Foi ponderada a importância de responder
176 informando que estamos em processo de transição de gestão, que logo após esse período cabe
177 o contato ser retomado. Encaminhamento: Elaborar resposta (Responsável: Cristina Abreu).
178 Os pontos das Relações Internacionais foram abertos com o item relativo a publicação do
179 “Seminário latino-americano e caribenho sobre Serviço Social, povos indígenas e Direitos
180 Humanos” de se realizar uma live e reunião com os Cress, que foi aprovado pelo Pleno
181 (Responsável: Ruth Bittencourt e Beth Borges). Sobre a inserção do Cfess nas comissões da
182 Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (FITS)/ América Latina e Caribe (ALC) de
183 Direitos Humanos e/ou Ética, foi informado que o Brasil foi convidado para compor uma das
184 comissões da Fits que são compostas por 3 representantes de cada região. Atualmente há
185 disponibilidade de vaga na comissão de direitos humanos e na comissão de ética. Foi
186 discutida e aprovada a pertinência política do Cfess aceitar a referida comissão e sobre o
187 nome dessa representação que pode ser interno e externo, no entanto, de acordo com o prazo,
188 será pensada a possibilidade e esse ponto será novamente trazido ao Pleno. Encaminhamento:
189 Enviar ofício informando sobre o interesse do Cfess em ocupar a Comissão de Direitos
190 Humanos e o nome da representação (Responsáveis: Adriane Tomazelli). Ainda sobre a
191 FITS/ALC, foi falado da convocação de reunião presencial, nos dias 01 e 02/03, em
192 Cali/Colômbia com o objetivo de ser um momento de articulação das entidades da ALC para
193 se posicionar coletivamente no âmbito da Fits. Na sequência, será realizado Congresso local
194 nos dias 03 e 04/03/2023. Foi sugerido convidar Esther Lemos para ela representar o Cfess
195 nesta reunião, dada a sua experiência nessa representação, compor a RI Ampliada e por ter
196 assumido recentemente a coordenação das relações internacionais na gestão da Abeps. O
197 Pleno acatou o nome de Ester Lemos. Encaminhamento: Convidar Ester e, se houver aceite,
198 providenciar a logística de viagem (Responsáveis: Beth Borges e Ruth Bittencourt). Outro
199 ponto trazido, se refere a necessidade do Cfess indicar nome para participar da Conferência
200 Mundial da FITS em 2024, no Panamá, na qualidade de palestrante, essa demanda trazida por
201 Tânia Diniz, que compõe a comissão organizadora deste evento. Foi discutido e aprovado
202 pelo Pleno convidar Marilda Yamamoto para participar como palestrante dessa atividade. Dos
203 pontos prioritários até o final da gestão, para a Formação foi relacionado i) consolidação do
204 Fórum Nacional em Defesa da Formação e Trabalho; ii) lançamento da publicação “Serviço
205 Social e Residência”; e iii) finalização do documento sobre Estágio de pós-graduação. Quanto
206 Relações Internacionais foram elencados como pontos prioritários até o final da gestão: i)
207 publicação da brochura “Inserção do CFESS nas relações internacionais” e realização de
208 reunião com os Cress para apresentar a brochura; e ii) realização de reunião para avaliação da
209 RI Ampliada. Dando continuidade, passou-se a palavra para o Conselho Fiscal que
210 apresentou o ponto referente a PRESTAÇÃO DE CONTAS e falou acerca da importância da

211 prestação de contas das diárias e passagens e orientou às conselheiras que tiverem
212 dificuldades para procurar o trabalhador Maurício Bonfim para que possam regularizar a
213 situação. Logo após, foi apresentado para apreciação do colegiado os balancetes com
214 avaliação e recomendações por meio de informes contábeis na ordem que seguem indicadas:
215 A) 2020/1º Trimestre: CRESS-GO - Informe Contábil nº 16/20, em 12/20 e CRESS-PA -
216 Informe Contábil nº 11/20, em 12/20; B) 2022/ 1º Trimestre: CRESS-RN - Rel. nº 130/22,
217 em 12/22; C) 2022 / 2º Trimestre: CRESS-TO - Rel. nº 04/23, em 01/23; e CRESS-RN- Rel.
218 nº 131/22, em 12/22; D) 2022 / 3º Trimestre: CRESS-RN - Rel. nº 132/22, em 12/20;
219 CRESS-TO - Rel. nº 05/23, em 01/23; CRESS-SP - Rel. nº 123/22, em 12/22; CRESS-PA -
220 Rel. nº 87/22, em 12/22; e CRESS-AP - Rel. nº 133/22, em 12/22. Também foram
221 apresentadas para apreciação a proposta de reformulação orçamentária do CRESS-TO - Rel.
222 nº 84, em 12/22 e a proposta Orçamentária referente a 2022 do CRESS-PI - Informe Contábil
223 nº 04/22, em 04/22. Outro ponto apreciado foram as CONTAS DO CFESS em que a
224 Assessoria contábil apresentou os resultados e demonstrativos do CFESS relativos ao mês de
225 novembro/2022 e colocado para votação o balancete do CFESS. Sendo explicado que em
226 relação ao exercício financeiro de 2022 do Cress, que os resultados e demonstrativos serão
227 apreciados no próximo Pleno, uma vez que a assessoria contábil está encerrando os registros
228 relativos ao exercício de 2022. Foram retiradas as dúvidas e aprovados pelo Pleno todos os
229 balancetes, reformulação orçamentária e proposta orçamentária dos regionais apresentados.
230 Encaminhamentos: Auxiliar as conselheiras na prestação de contas e passagens (Responsável:
231 Maurício); Internalizar a aprovação dos instrumentos contábeis (Responsável: Italo). Findo os
232 pontos, a Tesouraria, na pessoa de Francieli Piva primeira tesoureira em exercício, trouxe
233 seus pontos para a sexta-feira como forma de garantir a presença dos trabalhadores da área.
234 Feita a explicação, foram apresentados os informes. O primeiro foi sobre a empresa
235 prestadora de serviços de limpeza geral e a profissional alocada no Cress para a prestação de
236 serviços, tendo sido falado que o procedimento de regularização do pagamento já está em
237 andamento e que foi dividido em dois momentos referente a correção retroativa e prospectiva,
238 que atualmente está em curso, com isso, se aguarda envio do termo aditivo por parte da
239 empresa e, tão logo esteja concluído essa etapa, será dada a continuidade para realizar a
240 correção retroativa. Na sequência, foi dito que foi celebrado o convênio com o Cress-AM
241 para ressarcimento de despesas com a agente fiscal removida do Paraná por decisão judicial.
242 No entanto, a profissional agente fiscal enviou mensagem com a informação de que não teria
243 recebido a complementação do auxílio previdenciário, garantido pelo Acordo Coletivo do
244 CRESS-PR, que é o seu contratante, diante disso, está em andamento o procedimento de
245 análise e, se necessário, as providências cabíveis. E, em relação à ação judicial, o assessor
246 jurídico também atualizou como está a questão em âmbito judicial. Outro ponto discutido foi
247 a reunião realizada com o Financeiro com o objetivo de entender a quantidade de contas
248 bancárias abertas em nome do Cress, tendo sido ressaltado que aquelas que não possuem
249 justificativas deverão ser encerradas. Esse trabalho de análise e encaminhamento está sob a
250 responsabilidade da Coordenação Administrativo-Financeira, por meio da assessoria de
251 planejamento e finanças. Dando sequência, foi falado que alguns Conselhos Regionais
252 indagaram ao Cress como seria realizado o rateio dos custos referente ao procedimento
253 eleitoral, com isso, a Tesoureira propôs que o Cress arque com o custo total das eleições, pois

254 a rubrica orçamentária prevista para esse projeto é superior ao valor total das eleições. Sendo
255 ressaltado que o contrato com a empresa de voto on-line prevê a realização da eleição
256 ordinária e mais duas extraordinárias. O Conselho Pleno aprovou a proposta de que o custo
257 integral do processo eleitoral seja arcado pelo Cfess. Encaminhamentos: Enviar ofício para
258 informar aos Cress a decisão do custeio do valor total do processo eleitoral pelo Cfess
259 (Responsabilidade: Francieli Borsato). Logo após, foram submetidas e aprovadas ad
260 referendum as portarias de progressão de Lucas Figueiredo e Gleyton Amacena em
261 decorrência da avaliação de desempenho, conforme data base. Encaminhamentos: Arquivar o
262 extrato da ata sobre a decisão do Pleno na documentação (Responsável: Lucas Figueiredo e
263 Bianca Bonassi). A assessora de gestão do trabalho, Bianca Bonassi, apresentou o relatório
264 referente à solicitação Incentivo à Escolaridade e à Especialização (AIEE) por parte do
265 funcionário Gleyton Amacena e, por atender a todos os requisitos estabelecidos na Res
266 510/2007, se manifestou favorável ao pleito. O Pleno aprovou a concessão do adicional.
267 Encaminhamentos: Prosseguir com os trâmites administrativos para as providências de
268 pagamento e de guarda da documentação (Responsável: Bianca Bonassi). Outro ponto é
269 referente ao ressarcimento de despesas relativas ao 13º Congresso Brasileiro de Saúde
270 Coletiva (ABRASCO). Coube recuperar que no Conselho Pleno de Julho/22 foi aprovada a
271 participação e o custeio das passagens para as Conselheiras Elaine Pelaez e Ruth Bittencourt,
272 no entanto, à época, não foi tratado como seria feito o pagamento da inscrição, ao final, elas
273 pagaram e não houve até o momento reembolso. Diante disso, foi apresentado ao Pleno o
274 pedido de ressarcimento, nos termos do §2º da Resolução 1.005/22, que foi acatado com o
275 indicativo de que seja apresentado pelas conselheiras o comprovante da despesa relativa à
276 inscrição. Encaminhamentos: Operacionalizar o ressarcimento dos valores pagos com a
277 inscrição para as conselheiras Elaine e Ruth (Responsáveis: Éricka Rossana). Para encerrar o
278 ponto da tesouraria, foram dados informes sobre a elaboração do relatório de gestão, sendo
279 ressaltada a necessidade de que as Comissões do Cfess preencham as informações para que o
280 relatório seja finalizado, cuja elaboração está atrasada, no entanto, se pretende que o prazo
281 final seja cumprido. Encerrado o ponto, foi informado o intervalo do almoço às 12h30 com
282 retorno em duas horas. A reunião foi restabelecida às 14h43min com a apreciação do
283 Seminário Nacional de Seguridade Social tendo sido apresentada pelo Grupo de Trabalho a
284 proposta do evento, inclusive, a programação toda com as pautas, convidados (as) desde a
285 abertura até o encerramento. Na sequência, a Plenária foi consultada sobre a disponibilidade
286 de nomes para mediação das mesas dentre a diretoria do Cfess, dos Regionais e de
287 representantes da base. Foi informado que as inscrições ficaram abertas durante sete dias e há
288 uma expectativa das vagas serem todas ocupadas. Ainda foi dito que há pela Executiva
289 Nacional de Serviço Social (ENESSO) solicitação de reunião para ampliação das vagas para
290 discentes, no entanto, foi ponderado quanto ao escopo do evento que é voltado para
291 profissionais que atuam na Seguridade Social. Ainda foram trazidos pontos relativos a
292 aspectos da logística e organização. Por fim, foi submetido para apreciação o orçamento que
293 até o momento está previsto para a execução do evento e como está sendo realizado, os
294 procedimentos foram explicados pelo GT que fez também a apresentação da planilha de
295 custos e investimentos, após falas e a retirada de dúvidas, foi aprovado pelo Pleno com
296 indicativos de análises de reduções de valores em algumas contratações, sendo recuperado

297 que foi aprovado o provisionamento do restos a pagar 2022 no valor de duzentos e quarenta
298 mil a confirmar com o Vilmar para a realização do Seminário. O Pleno aprovou o orçamento
299 apresentado com as abstenções de Beth Borges, Kênia Figueiredo e Dácia Teles. Foi
300 solicitado que seja detalhado o orçamento com o escopo dos gastos e a definição do que será
301 aportado nos restos a pagar e no valor de 2023 a ser apresentado no próximo Pleno.
302 Encaminhamento: o Grupo do Trabalho e a área financeira devem apresentar a planilha de
303 gastos discriminados para o Conselho Pleno em março/2023 (Ruth Bittencourt, Beth Borges
304 e Éricka Rossana). Na sequência, foi aberta a pauta da Comissão de orientação e fiscalização
305 profissional que foi iniciada pela leitura da MANIFESTAÇÃO JURÍDICA Nº 12/2023-V e
306 minuta da resolução da Resolução sobre Anotação da Responsabilidade Técnica (ART).
307 Acerca do teor da regulamentação e há uma recomendação da Cofi da publicação da
308 Resolução somente ser realizada após as implementações a serem realizadas no sistema,
309 inclusive o formulário próprio de requisição de ART, pela prestadora de serviços Implanta,
310 sendo registrado que há o indicativo dessa norma ser publicada e entrar em vigência até a data
311 de 01/04/2023. Feito o debate foi indicada a necessidade de reunir com a Implanta para
312 definir o prazo para atendimento dessas requisições e de convidar representante de Cress para
313 contribuir na adequação do sistema à resolução, pois é necessário realizar adequação.
314 Encaminhamentos: i) Realizar processos de ajustes do sistema efetivação da solicitação da
315 ART a partir da nova resolução; ii) Publicar a Resolução após as adequações do sistema com
316 indicativo de vigência a partir de 01/4/23 (Responsáveis: Cofi - Lylia Rojas, Cristina Abreu e
317 Vitor Alencar). Logo após, o parecer jurídico relativo a Recurso administrativo 01/2023 foi
318 lido e argumentado pela assessora jurídica Natália Faraj que se trata de questionamento
319 relativo à aplicação de multa de profissional que foi designada para ocupar cargo
320 comissionado de coordenadora no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no entanto,
321 por ser concursada no cargo de educadora social, argumenta que cancelou o registro, mas
322 desconhecia que para atuar como comissionada nessa função que deveria ser assistente social.
323 Pelo conjunto das argumentações, a assessoria jurídica opina como improcedente a solicitação
324 da recorrente tendo suscitado o debate acerca do assunto. Findo o debate, a recomendação de
325 improcedência foi acatada pelo Pleno e dada a qualidade do teor que cabe dar conhecimento
326 aos demais Regionais. Encaminhamentos: i) enviar parecer para o Cress e para a parte com o
327 posicionamento do Cfess (Responsável: Natália Faraj e Ester); ii) dar conhecimento aos
328 demais regionais do parecer (Responsável: Sandra Sempé). Na sequência, foi apresentada a
329 necessidade de nova capacitação para as Agentes Fiscais para uso dos Sistemas de
330 Fiscalização da Implanta por meio remoto e a Cofi ainda verificará se terá custos para esse
331 novo treinamento. Feitas as exposições, o Pleno aprovou a proposta. Sobre o ponto do
332 Estágio de Pós-Graduação, foi dito que a nota ainda está sob apreciação, pois a nova gestão
333 do CFP ainda não retornou, há indicativo de ter algum retorno até o próximo Pleno (março),
334 quando será submetida para a apreciação. Foi dado o informe de Reunião Cofi presencial no
335 dia 23/02 com objetivo de discutir as propostas para atender as exigências do Tribunal de
336 Contas da União (TCU) relativas ao monitoramento e implementação de ações conjuntas.
337 Encaminhamentos: adquirir as passagens para as conselheiras da Cofi que tem disponibilidade
338 e participarão (Responsável: Jarbas). Das prioridades relacionadas pela Cofi até maio/2023: i)
339 exercício profissional de assistentes sociais com deficiência; ii) publicação da Resolução

340 sobre ART; iii) Aprimoramento e continuidade do debate sobre as orientações do TCU e
341 monitoramento das ações de fiscalização profissional; e iv) Formação de Agentes Fiscais
342 sobre o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação no exercício profissional. Foram
343 também partilhados informes: o primeiro tratou da indicação de reunião com o Ministério
344 Público do Trabalho (MPT). Referente ao Acordo de Cooperação Técnica e intercâmbio de
345 informações com o Cfess/Cress relacionadas às matérias pertinentes a eventuais
346 irregularidades em estágios (supervisor de estágio, pessoa não formada/habilitada ou não
347 registrada no órgão de classe respectivo, quando encontrar estagiários sem supervisão de
348 profissional formado/habilitado e registrado no conselho profissional, e outros) -. A data
349 indicada é 20/03, por meio remoto, quando se pretende debater o termo de convênio e ações
350 para 2023 com as ações que precisam ser articuladas com os Cress, uma vez que a
351 possibilidade de fiscalização é realizada pelos Regionais. O segundo trouxe atualizações
352 relativas ao documento que está sendo elaborado sobre anticapacitismo e as condições de
353 trabalho de assistentes sociais, foi informado que a assessora Daiane Mantoanelli entregou o
354 relatório final do trabalho realizado pelo GT que inclui análise dos dados da pesquisa
355 realizada. O Documento está sendo analisado, em seu conteúdo, pela Cofi e as conselheiras
356 representantes do Cfess no GT. A proposta é submeter ao Pleno de Março o documento para
357 publicação de brochura contendo pesquisa, relatório do GT e as contribuições da Cofi/Cfess
358 no que diz respeito às condições éticas e técnicas de trabalho de assistentes sociais. Sendo
359 informado também que a Cofi realizou levantamento jurídico sobre legislação, que deve
360 constar em partes, na brochura. O terceiro informe se refere a Demanda do Tribunal de
361 Contas da União (TCU) de monitoramento das ações precípuas, sendo informado que as
362 assessoras Cristina Abreu e Natália Faraj produziram relatório inicial, contendo informações
363 referente aos dados de fiscalização profissional do conjunto CFESS - CRESS a partir dos
364 relatos integrados, deliberações encontro nacional e ações da Cofi/CFESS. Contudo,
365 considerando a demanda do TCU, quanto ao monitoramento das ações e materialização de
366 planos e orçamento, metas e resultados. Bem como, o que já vem sendo debatido na
367 Cofi/Cfess, e indicado no Encontro Nacional será realizada reunião presencial da Cofi, no dia
368 23/03/23, para tratar do tema e sobre os sistemas da implanta relacionados à fiscalização
369 profissional, essas discussões podem subsidiar as ações e planejamento das Cofi CFESS-
370 CRESS. Por fim, foi falado sobre o quesito raça/cor na construção do relatório de gestão e
371 transição mantendo o indicativo de capacitação de assistentes sociais agentes fiscais para
372 operacionalização da Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito
373 Raça/Cor/Etnia nos serviços de orientação e fiscalização, sem prejuízo da ação prioritária da
374 ética de fortalecimento de comitês regionais de combate ao racismo. Logo a seguir, a
375 Comissão Administrativo-Financeira iniciou pela apresentação das ações prioritizadas para
376 realização até maio/2023: o Tema “ESPAÇO CRIANÇA” nas atividades deliberativas do
377 Conjunto Cfess-Cress e outros eventos, sendo informado que cabe concluir o texto e
378 compartilhar com a gestão e no mês de março para enviar para os Cress para conhecimento e
379 contribuições, com isso, finalizar e divulgar entre os meses de abril e Maio. Também foi
380 trazido o projeto MELHORIA E APRIMORAMENTO DA GESTÃO DAS INFORMAÇÕES
381 DOS SISTEMAS INTEGRADOS, sendo informado que ainda cabe realizar análise do
382 percentual de uso dos módulos (Siscaf, Siscont, Sispad,...) pelos Regionais, sendo

383 recomendado que seja utilizado como subsídio os relatórios e sistematizações já produzidos e
384 outros levantamentos necessários. Também foi recomendado incluir no estudo o levantamento
385 de outros sistemas gratuitos desvinculando os módulos Sisdoc e Processos para identificar
386 outras possibilidades. Cumpre registrar que as análises para subsidiar o processo de licitação
387 dos sistemas integrados que se fará necessário em razão do término de contrato com a atual
388 prestadora de serviços, assim, estão trabalhando nessa tarefa junto com a conselheira Francieli
389 Borsato os(as) profissionais Ericka Rossana, Lucas Figueiredo e Bruno Bertasso da empresa
390 B2. Por fim, recomenda-se a priorização do Projeto de APRIMORAMENTO DA GESTÃO
391 ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO CONJUNTO CFESS-CRESS que cabe realizar
392 levantamentos para obter dados reais sobre a Inadimplência por Regional, sendo recuperado
393 que em uma avaliação preliminar a assessora de planejamento e finanças, Ericka Rossana,
394 apurou a média de 42% de inadimplência nos Regionais. Assim, cabe alinhar as ações a partir
395 das exigências do Tribunal de Contas da União (TCU), conforme Acórdão 2402/2022,
396 cabendo se priorizar as analisar das situações dos Cress-Pequeno Porte (GT: Relatório TCU -
397 Fran Borsato, Ericka Rossana, Lucas Figueiredo). Outro ponto do que tem sido trabalhado
398 como priorizado é o projeto que trata da PADRONIZAÇÃO DE INSCRIÇÃO DE PESSOA
399 FÍSICA E JURÍDICA, sendo falado que cabe concluir os treinamentos com os
400 trabalhadores/as dos Regionais para o uso do Sistema de Serviços On-line/Pré-cadastro e
401 consolidar o alinhamento das orientações aos Regionais sobre as novas Resoluções e Manual
402 de Procedimentos de Inscrição. Foi submetida ao Pleno a necessidade da imediata rescisão
403 contratual com as empresas Bry e Serpro, uma vez que durante os testes para a homologação
404 da API foi verificado que o Serpro utiliza apenas a base do Denatran, o que inviabiliza o uso
405 do sistema para o procedimento de inscrição, haja vista a necessidade de ter carteira de
406 habilitação para que a assinatura fosse validada e chancelada à distância. No entanto, cabe
407 pagar os custos referentes ao desenvolvimento pela Implanta de API desenvolvida para ter
408 interface com o sistema da Serpro. Também foi apresentada a proposta de contratação do
409 serviço de certificação/auditoria de conformidade e qualidade, do processo de inscrição web
410 do Cfess como nova possibilidade de garantir a conformidade e segurança adicional ao
411 processo. Vale registrar que o sistema hoje em curso possui segurança, no entanto, há o
412 interesse de aumentar esse nível. Após debates e retirada de dúvidas, o Pleno aprovou tanto o
413 distrato com as empresas Serpro, e Bry, quanto iniciar o processo de contratação de auditoria
414 nos termos apresentados. Encaminhamentos: Realizar distrato e iniciar processo de
415 contratação (Resp. Lucas Figueiredo e Vitor Alencar). Com isso, foram trazidos informes
416 acerca da EMISSÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE PROFISSIONAL (DIP) em que
417 foi recuperado que quando houve a renovação do contrato, em julho/22, a Implanta informou
418 a descontinuidade do Painel Administrativo e, com isso, a necessidade do desenvolvimento de
419 uma API para integrar os sistemas, que foi iniciado os estudos e a proposição de um protótipo
420 cujo projeto foi submetido para conhecimento e avaliação da G&D, que sinalizou que essa
421 mudança resulta na necessidade de se desenvolver nova interface para se conectar com esta
422 solução API da Implanta e que há previsão de custos para esses desenvolvimentos. Cumpre
423 registrar que este processo de mudança de interface foi iniciado em agosto e está em curso,
424 mas ainda está em fase de discussão e sintonia fina na interface da Implanta e da G&D. Esse
425 projeto deve estender os desenvolvimentos até agosto/2023, conforme as fases que seguem

426 indicadas: i) Implementação da API Rest pela Implanta para consumo de dados e posterior
427 geração dos DIPs (testes e homologação) e desenvolvimento de interface da G&D para ler a
428 API; ii) Treinar os trabalhadores/as dos Regionais; e iii) Estabelecer o novo fluxo de emissão
429 do DIP, pois os procedimentos de envio de dados para imprimir as carteiras de identidade
430 serão realizadas pelos Regionais por meio da API/Implanta que fará a interface com empresa
431 G&D que imprimirá os DIPs e enviará para cada Cress. Com isso, busca-se restabelecer as
432 funções, hoje centralizada no Cfess para os Regionais no que concerne à impressão dos
433 documentos de identidade em todas as suas fases. Dando continuidade aos pontos da Adm-
434 Fin, foi iniciado o conteúdo do APRIMORAMENTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E
435 TRANSPARENTE pelo assessor de gestão documental Rodrigo Nogueira que apresentou a
436 síntese do relatório elaborado e o fluxo proposto, sendo informado que o relatório do
437 desenvolvimento desse projeto e as recomendações atinentes serão encaminhadas aos
438 Regionais. Sendo indicado que a despeito da entrega realizada que ainda há aspectos que
439 devem ser acompanhados e cabem melhorias, com recomendações de continuidade para a
440 próxima gestão. Na sequência, Rodrigo Nogueira também apresentou os principais resultados
441 alcançados com a IMPLANTAÇÃO DAS ADEQUAÇÕES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO
442 DE DADOS PARA O CONJUNTO CFESS-CRESS e de GESTÃO DOCUMENTAL, no
443 âmbito do Cfess e Regionais, no entanto, em que pese os avanços indicados, há ações em
444 execução e pendências para atendimento com vistas ao cumprimento às normativas da LGPD
445 e da Gestão Documental, por isso, foram indicadas como prioridades desta gestão e ainda
446 serão recomendadas para a próxima. A conselheira Ruth Bittencourt apresentou as ações
447 realizadas com vistas à efetivação do PROCESSO ELEITORAL DO CONJUNTO CFESS-
448 CRESS e sobre as competências do Cfess no acompanhamento das eleições Ordinárias do
449 Conjunto e da necessidade de ser produzido um relatório indicando possíveis melhorias no
450 processo de contratação da empresa responsável pelo Voto on-line e de atualizações do banco
451 de dados dos regionais (inconsistências). Sendo essa uma tarefa que será realizada pelo Grupo
452 de Trabalho do Voto on-line. Cumpre indicar que foi recuperado o processo de contratação da
453 empresa e as providências, como as reuniões com a empresa WebVoto, para tratar dos
454 aspectos de operacionalização do sistema e as informações relativas ao site de votação que
455 será submetido a teste de conformidade. Foram também resgatados os desafios ainda postos,
456 tais como, acompanhar todo o processo de emissão de relatórios de aptos a votar sem assessor
457 de TI no Cfess; orientar os Regionais o processo de emissão dos Relatórios/listagens com
458 dados dos aptos a votar e como repassar para a empresa WebVoto. Destacou-se também que a
459 primeira listagem de aptos(às) para a fixação do quorum para os Regionais/Seccionais foi
460 emitida em 16/1, conforme o calendário eleitoral, porém, houve dificuldades e postergações
461 no atendimento para a definição desse o quorum. Como forma de sanar os problemas em
462 relação aos dados para a base do sistema de votação, o Cfess emitiu três (03) ofícios
463 orientativos, um deles, o ofício Circular CFESS 016/2023, no dia 06/2, tratou de emitir
464 informações sobre a empresa contratada para o Sistema Eletrônico de Votação em ambiente
465 de internet para as eleições do Conjunto Cfess-Cress (2023-2026) e outras providências.
466 Outro documento orientativo se refere ao envio da listagem em 13/2 e às informações da
467 terceira e última listagem que devem ser remetidas ao CFESS, até o dia 07/03/2023, de
468 Relatório/os com dados referentes aos profissionais ativos, a fim de submetê-los ao sistema de

469 votação. Quando do envio é necessário identificar com nome, número de telefone do regional
470 e e-mail do(a) trabalhador(a) de referência, que está responsável pela geração das listagens de
471 aptos a votar que serão encaminhadas pelo Cfess para a WebVoto. Também foi informado
472 que o Cfess se reuniu com a empresa Implanta e a empresa WebVoto sendo pactuado o script
473 dos dados necessários. Face o exposto foram submetidos pontos para apreciação do colegiado
474 que discutiu as possibilidades do cômputo da votação, sendo aprovado que será publicado o
475 resultado da votação total e será informado o montante do resultado eleitoral por Regional.
476 Ainda foi falado que, conforme prevê o calendário eleitoral, que as senhas serão
477 encaminhadas nos dias 09 e 10/03. Prosseguindo a pauta, conforme deliberação do Pleno de
478 novembro/22, o assessor Jurídico Vitor Alencar apresentou a Manifestação Jurídica Nº
479 10/2023-V que trata da minuta de resolução sobre a jurisdição e sede dos CRESS, Seccionais,
480 Diretorias Provisórias, Recomposição e outras providências, com vistas a revogação da parte
481 remanescente da Resolução 582/2010 - CFESS. O Conselho Pleno acatou o inteiro teor do
482 documento. Encaminhamentos: Publicar a Resolução e dar ampla publicidade junto aos
483 Regionais e no site do Cfess (Responsáveis: Sandra Sempé e Diogo Adjuto/Rafael Werkema).
484 Logo após, também foi submetida Manifestação Jurídica nº 14/2023-V que apresenta minuta
485 de resolução com alteração de dispositivo da Resolução CFESS no 829/2017, visando
486 assegurar todos os casos de isenção de anuidades previstos na Resolução CFESS no
487 582/2010, antes da entrada em vigor da Resolução CFESS no 1.014/2022, em específico no
488 Art. 3º se inserir (...) IV. Privação de liberdade determinada judicialmente (...). O documento
489 foi aprovado pelo Conselho Pleno. Encaminhamentos: Publicar a Resolução e dar ampla
490 publicidade junto aos Regionais e no site do Cfess (Responsáveis: Sandra Sempé e Diogo
491 Adjuto/Rafael Werkema). No ponto seguinte, a Francieli apresentou demandas dos Regionais
492 solicitando apoio sobre a renovação de contrato com a Implanta que está acima das provisões
493 orçamentárias dos Cress para o ano de 2023, sendo feita análises e contribuições da assessora
494 Éricka Rossana e do coordenador Lucas Figueiredo das análises das proposições enviadas
495 sendo discutidos aspectos relativos à sustentabilidade financeira do Conjunto e que, neste
496 sentido, cabe ao Cfess entrar em contato com a prestadora de serviços para negociar
497 condições mais aderentes ao plano de metas. Após discussões dos aspectos envolvidos, foi
498 deliberado pelo Pleno que o Cfess se reunirá com a Implanta na tentativa de negociar outros
499 patamares e retornará aos Regionais que demandaram e para os Cress que também negociarão
500 reajuste dos valores (Responsáveis: Carla Pereira, Dácia Teles, Éricka Rossana, Lucas
501 Figueiredo e Vitor Alencar). Por fim, foi informado que, no dia 18/1, ocorreu a reunião
502 ampliada com os Cress para apresentar o “Manual de orientação dos procedimentos de
503 inscrição de pessoa física e jurídica”, cujo propósito é especificar as diretrizes, os princípios e
504 as normas referentes à regulamentação do Registro Profissional para pessoa física e jurídica
505 no âmbito do Conjunto Cfess/Cress. É um material de consulta e de orientação para os/as
506 trabalhadores/as e as direções, cujo uso efetivo pode resultar na uniformidade dos
507 procedimentos de inscrição/registro no interior dos 27 Cress. Trata-se de um instrumento
508 elaborado para contribuir com a implementação dos conteúdos e das inovações trazidas pelas
509 Resoluções Cfess nº 1.014 e nº 1.015, de 13 de dezembro de 2022, que, respectivamente,
510 passam a regulamentar a inscrição (principal e secundária), transferência, cancelamento e
511 reinscrição de pessoa física e dá outras providências e o registro de pessoa jurídica, no âmbito

512 dos CRESS. As referidas resoluções entrarão em vigor a partir de primeiro (1º) de março.
513 Cumpre registrar que o trabalho realizado pelo do GT Nacional do teor das novas resoluções
514 foi reconhecido e o material bastante elogiado. Nada mais a informar, a sessão de sexta-feira
515 foi finalizada às 20h40min. No Sábado, 11/2, o Pleno foi instaurado às 9h30min com a
516 Comissão de Seguridade Social que iniciou com a apresentação dos pontos priorizados pelas
517 conselheiras com isso foi falado sobre a necessidade de prosseguir com as incidências
518 políticas no campo da educação no reconhecimento das lutas nesse campo articulado com o
519 Conselho Federal de Psicologia (CFP) nesse sentido cabe priorizar. Também foram indicadas
520 as atuações relativas à defesa do Fórum Urbano, Fórum Nacional dos Trabalhadores do
521 Sistema Único de Assistência Social (FNTSUAS), Fórum Nacional dos Direitos da Criança e
522 do Adolescente (FNDCA), dentre outros. Na continuidade, foi submetida ao Pleno a proposta
523 de realizar reunião presencial de avaliação com as representações externas do Cfess. A
524 proposta apresentada indica convidar as representações para uma reunião no dia inteiro para
525 que seja realizado um balanço da atuação delas nas distintas entidades nesse período da
526 gestão. Houve a indicação da necessidade de compor um grupo organizativo do evento, cujo
527 objetivo será diante do atual contexto realizar balanço de conjuntura, indicações de pautas e
528 dos desafios e perspectivas para a próxima gestão. Face ao exposto o Pleno aprovou o
529 encontro, em princípio dia 19/4, data ainda a ser confirmada. Encaminhamentos: i) Iniciar
530 processo de organização e logística para a realização da reunião presencial com as
531 representações externas do Cfess (Responsáveis: Priscilla Cordeiro , Elaine Pelaez, Zenite
532 Bogéa e Adriane Tomazelli). Outro ponto apresentado se refere ao recebimento de
533 correspondência da entidade “Aliança LGBTQIA+” que convidou o Cfess e outras entidades,
534 para retomar articulação política na luta em defesa dos direitos da população LGBTQIA+. O
535 colegiado discutiu que há necessidade de se analisar o contexto e as articulações em torno do
536 pauta para avaliar as articulações possíveis, dentre outras ponderações, foi indicada que essa
537 pauta precisa ser dialogada com a CEDH, mas dado o período de transição e prazo para
538 término da gestão, que cabe deixar como indicativo para a próxima gestão.
539 Encaminhamentos: Inserir no relatório de transição o indicativo da pauta LGBTQIA+ como
540 recomendação para a próxima gestão (Responsável: Adriane Tomazelli e Zenite Bogéa). Foi
541 informado que as conselheiras Ruth Bittencourt e Elaine Pelaez estão na Comissão
542 Organizadora da 17ª Conferência Nacional de Saúde, a ser realizada entre os dias 02 a 05 de
543 julho de 2023, e que já está sendo organizada, os critérios de participação estão sendo
544 avaliados, bem como as possibilidades da realização de conferências livres nos territórios. Foi
545 também partilhada uma síntese objetiva do processo de articulações das pautas da saúde.
546 Além disso, foi proposto e aprovado pelo Pleno que o Cfess realize a cobertura e divulgação
547 desse evento com chamamento à categoria sobre a relevância dos espaços de controles social
548 da política de saúde. Encaminhamento: Iniciar acompanhamento e divulgação do evento
549 (Responsável: Ruth Bittencourt e Comissão de Comunicação). Na sequência, a conselheira
550 Mauricleia Soares falou de email recebido pelo Cfess, em 09/02/23, com envio de uma Carta
551 Aberta sobre Atuação do SUAS em emergências, calamidades e desastres, encaminhada por
552 coletivo de profissionais, pesquisadores(as), docentes e outras pessoas de diferentes
553 profissões que discutem a atuação do SUAS na gestão integral de riscos e desastres. Foi
554 solicitada a assinatura do Cfess no documento elaborado por esse coletivo a ser enviado ao

555 Secretário Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento e Assistência
556 Social, Família e Combate à Fome. Foram realizadas algumas ponderações, dentre as quais, a
557 forma de encaminhamento, uma vez que o documento não resulta dos espaços de
558 representações que o Cfess participa e constrói coletivamente os seus posicionamentos. Além
559 disso, no âmbito da política de assistência social, o Cfess ainda não fez um balanço político
560 em relação ao direcionamento inicial dessa política pelo novo governo e como se colocará no
561 atual contexto e início de gestão. Também há o fato do exíguo prazo, uma vez que o
562 documento chegou ao Cfess no dia 9/2 (quinta-feira), dia da instalação do Pleno, com prazo
563 de resposta em 13/2 (segunda-feira). Por tudo isso, em que pese a qualidade do documento e
564 aspectos levantados, o Pleno deliberou por não subscrever essa carta, cabendo registrar a
565 declaração de voto favorável da conselheira Mauricleia Soares e de abstenção da conselheira
566 Francieli Borsato. Encaminhamentos: Emitir resposta com posicionamento do Cfess de não
567 subscrever o documento (Responsável: Cristina Abreu). Dando sequência, a Comissão de
568 Ética e Direitos Humanos iniciou o ponto passando a palavra para a assessora jurídica Sylvia
569 Terra que iniciou a leitura do Parecer Jurídico 02/23 que se refere a consulta do Cress/SC
570 sobre necessidade de afastamento de componente da Comissão de Instrução que tem processo
571 ético contra si instaurado, pelo Conselho Regional de Serviço Social, para apuração das
572 responsabilidades disciplinares/éticas. Logo, possui impedimento por responder a processo
573 ético, nessa situação, resulta também em impedimento de multiplicar o curso “Ética em
574 Movimento”. Sendo explicado que em sendo o processo transitado em julgado se a decisão
575 for de improcedência da denúncia que a multiplicação poderá ser realizada, do contrário, se
576 houver procedência o impedimento deve ser mantido. O Pleno acatou o parecer.
577 Encaminhamentos: i) enviar ofício com o parecer para o Regional que recebeu o
578 desaforamento que cabe priorizar esse processo e dar celeridade no trâmite da denúncia; ii)
579 Responder a consulta com o indicativo do impedimento da multiplicação; iii) Ratificar aos
580 Regionais que processos de desaforamento tem prioridade diante dos demais (Responsáveis:
581 Sylvia Terra e Ester Barbosa). Dando continuidade, fez-se a leitura do Parecer Jurídico 05/23,
582 cujo objeto se refere a solicitação de intervenção do CFESS em relação a publicação no site
583 oficial do Cress de Portaria determinando a instauração de processo disciplinar ético e
584 indicando o nome e número do CRESS dos/as assistentes sociais denunciados. Foi explicado
585 que o mérito do parecer ressalta o direito de qualquer profissional denunciado de ser
586 prontamente notificado como forma de garantir sua defesa, além disso, trata da gravidade de
587 ser tornado público informação de processo que está tramitando regulado pelas normas do
588 Conjunto que garante o sigilo de processos disciplinares éticos. O parecer recomendou
589 medidas imediatas: i) enviar cópia do parecer ao Cress, ao denunciado e demais interessados
590 que tiveram seu nome publicado; ii) enviar para o Regional com retirada imediata do sítio
591 eletrônico dos nomes dos denunciados; iii) que o Cress posicione como pretende restabelecer
592 a situação; iv) que responda em cinco dias úteis a recepção do documento do Cfess. Após a
593 leitura foram abertos os debates e na sequência o colegiado aprovou o parecer.
594 Encaminhamentos: i) enviar documento para o Regional com a retirada do site e outros meios
595 de veiculação pública; ii) Responder a consulta do profissional. Cumpre registrar que dada a
596 importância do teor do documento que foi aprovado pelo Pleno no que se refere ao resguardo
597 do sigilo que seja enviado para todos os Regionais como orientação (Responsáveis: Sylvia

598 Terra e Ester Barbosa). Na sequência, foi feita a leitura do Parecer Jurídico 06/2023 que trata
599 do desaforamento Cfess 05/22, foi explicado que foi solicitado desaforamento em razão de
600 alegação de impedimento das componentes da Comissão Permanente de Ética, no entanto,
601 feita a análise foi avaliado que não caberia esse recurso pela possibilidade de se compor
602 “Comissão Ética Especial” pelo Conselho Pleno, assim cabe recompor com profissionais que
603 não tenham impedimento. Ao término, foi aprovado pelo Colegiado o parecer (Responsáveis:
604 Sylvia Terra e Ester Barbosa). Logo após, foi submetido e aprovado pelo Pleno que o
605 julgamento do Recurso 05/22, Origem Cress 16ª AL, sob a relatoria da conselheira Ruth
606 Bittencourt fosse reagendado para o mês de maio em data a ser definida. Encaminhamentos:
607 Enviar ofício para as partes com a informação do adiamento (Responsáveis: Sylvia Terra e
608 Ester Barbosa). Também foi deliberado que os Recursos Éticos nº 09/22 e 01/23 serão
609 remetidos para serem julgados pela nova gestão (Responsáveis: Sylvia Terra e Ester Barbosa).
610 Foram ratificadas datas e quóruns dos julgamentos em 06/3/2023, respectivamente às 14h e
611 17h, o Recurso 07/22 (Origem: 12ª SC), a relatora é Elaine Pelaez e o quórum será composto
612 por Lylia Rojas, Maria Rocha, Francieli Borsato, Ruth Bittencourt e Mauricleia Soares.
613 Quanto ao Recurso: 08/22 (Origem: 9ª SP), a relatoria é de Lylia Rojas e quórum formado por
614 Elaine Pelaez, Maria Rocha, Francieli Borsato, Mauricleia Soares e Ruth Bittencourt. Por fim,
615 foi comunicado que a Comissão de Ética ficou com duas conselheiras atuando e isso impacta
616 nas entregas a serem realizadas, como são os encaminhamentos relativos à instituição de
617 Comitês, resolução do racismo dentre outras pautas, para isso, já se encontra agendada
618 reunião para dar continuidade aos encaminhamentos ainda necessários. Cumpre registrar que
619 foram priorizadas pela Comissão os processos éticos e as atuações nas representações.
620 Finalizados os pontos, a sessão foi encerrada às 12h48min com retorno previsto às 14h30. No
621 retorno do intervalo para o almoço, a Plenária foi restabelecida às 15h com os pontos da
622 Comissão de Comunicação que informou que diante do atual contexto foi realizado
623 planejamento com organização das demandas, desse modo, solicitações relativas a
624 Comunicação institucional devem ser direcionadas para Adriane Tomazelli no papel de
625 Coordenadora e as de aspectos políticos devem ser direcionadas para a Comissão de
626 Comunicação. Sobre as prioridades foram indicados os 30 anos do Código de Ética
627 Profissional, o Seminário Nacional de Seguridade Social e a campanha do “15 de maio”. O
628 primeiro ponto trazido para a discussão se refere à participação do Cfess na Plenária do
629 Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) que será realizada entre os
630 dias 3 a 5 de março. Para subsidiar o debate foi realizado o resgate da representação do
631 CFESS, em especial, no último mandato, e as dificuldades na conjuntura do último governo e
632 contexto de epidemia. Foi realizada avaliação de que o Fórum segue como referência para o
633 debate e cabe avaliar quanto a viabilidade de participação do Cfess no espaço, de buscar
634 formas de contribuir para ampliar a pauta de debate e relacionar com as bandeiras de luta do
635 Serviço Social. Sugeriu-se levar para a Plenária a pauta do combate à desinformação no
636 atendimento à população usuária das políticas sociais, como forma de aproximar o tema da
637 Comunicação como Direito Humano ao cotidiano de assistentes sociais e, principalmente,
638 contribuir para o combate à disseminação de fake news entre usuários e usuárias do Serviço
639 Social. A participação do Cfess na Plenária foi aprovada pelo Pleno e indicado o nome do
640 assessor de comunicação Rafael Werkema. Encaminhamentos: Realizar providências para a

641 viagem (Lyliá Rojas e Jarbas Ferreira). Na sequência, a Comunicação apresentou o
642 planejamento das ações sobre a comemoração dos “30 anos do Código de Ética” com
643 proposta de selo comemorativo a ser lançado no dia 13 de março, a produção de um vídeo
644 com participação de profissionais que construíram essa história e uma apresentação de
645 materiais com síntese das entregas e se relaciona a esse tema, além disso, foram apresentadas
646 as possibilidades de produção de outras peças a partir dos conteúdos que o Cfess possui sobre
647 o tema. O Pleno aprovou a proposta apresentada. Encaminhamentos: Comissão de
648 Comunicação tomará providências para iniciar a produção dos materiais e peças
649 (Responsável: Comissão de Comunicação). Logo após, foi apresentada a arte da campanha do
650 15 de maio com explicação da proposta e aprovada pelo Pleno. Sendo informado que a peça
651 será enviada para as contribuições para os Regionais, com isso, caso tenha muita alteração
652 poderá ter nova submissão ao colegiado, do contrário, será dado prosseguimento às
653 execuções. Apresentada uma proposta de *live* no final do dia 15 de maio de 2023 com duração
654 de cerca de uma hora e meia com falas de Beth Borges e de Kelly Melatti com ato simbólico
655 de passagem de gestão com material de visibilidade da gestão sendo algo sucinto. A reunião
656 do dia 09/03, às 18h, para consulta relacionada à realização conjunta de *live* com os Regionais
657 de transmissão. Findo o ponto, foi passada a palavra para a Comissão Nacional Eleitoral
658 (CNE) que apresentou uma síntese expositiva da composição e da organização do trabalho, do
659 quórum e planejamento do processo eleitoral do Conjunto Cfess/Cress. Foi falado que foram
660 analisados dois recursos de chapas e das inúmeras orientações emitidas e da realização de
661 duas reuniões: Conselhos Regionais Eleitorais e Cress 17/1/23 e da Comissão Nacional
662 Eleitoral (CNE) em 01/12/22 de modo remoto e 16 a 18/01/23 presencial. Também foi
663 explicado que há necessidade de realizar eleições extraordinárias já previstas no Amapá que
664 não teve chapa inscrita e Seccional Araçatuba que a chapa foi indeferida pela CRE. No caso
665 do Cress, caberá ao Cfess a responsabilidade de coordenar todo o processo eleitoral, que
666 inclui realizar assembleia, em que será necessário estabelecer diretoria provisória. Também
667 foi falada da proposta de debate ao vivo “*live*” com a necessidade de definir possíveis datas
668 para essa realização. Também foi apresentada proposta de participação de componentes da
669 CNE que seja convidada para participar do evento de posse e o Pleno aprovou.
670 Encaminhamentos: i) Enviar ofício para convidar as componentes da CNE para participar da
671 posse (Responsável: Sandra Sempé); ii) Relacionar os procedimentos para a realização da
672 assembleia no Amapá para instalar uma diretoria provisória no Cress (Responsáveis: Sandra
673 Sempé e Vitor Alencar). O Grupo de Trabalho deu informes sobre o andamento do processo
674 de licitação para a reforma da sede do Cfess. Para que seja lançado o pregão de contratação da
675 empresa que executará a obra, foi necessário contratar um engenheiro para elaborar a tabela
676 SINAPI, exigida legalmente como referência para contratações. Neste momento, esse
677 engenheiro está elaborando essa tabela, cujos dados são subsidiados pela empresa que
678 elaborou o projeto de reforma. Após a sua entrega, será iniciada a elaboração do termo de
679 referência para o processo de licitação da empresa (Responsáveis: GT Reforma - Francieli
680 Borsato). Foram submetidas às datas relativas aos pontos facultativos de 2023, assim foram
681 aprovados os dias 20 de fevereiro (segunda-feira); 08 de setembro (sexta-feira); 13 de outubro
682 (sexta-feira); e 03 de novembro (sexta-feira). O Pleno aprovou a proposta. Encaminhamentos:
683 Emitir portaria e publicar no Portal da Transparência (Responsáveis: Sandra Sempé). Dando

684 continuidade a pauta, iniciou-se o ponto acerca do processo de transição sendo recuperado
685 para o grupo de trabalho que é composto por Beth Borges, Dácia Teles, Maria Rocha e
686 Mauricleia Soares e, na sequência, foi explicada a metodologia de trabalho proposta que
687 possui três frentes de trabalho: 1) documentação que se refere o resumo expositivo de
688 conteúdos para a gestão que virá (Responsável: Dácia Teles, Adriane Tomazelli, Cristina
689 Abreu e Zenite Bogéa), cuja sistematização de conteúdo deve ser apresentada no Pleno de
690 abril e a elaboração do relatório gestão do triênio 2020-2023 (Responsável: Beth Borges e
691 Dácia Teles); 2) Pleno de transição com previsão de roteiro de conversas para troca de
692 conteúdos entre a diretoria que se finda e que a ingressará (Responsável: Mauricleia Soares);
693 3) Conteúdos relacionados a comunicação (Responsável: Kênia Figueiredo); e 4) festa de
694 posse (Responsável: Maria Rocha). Com indicativo de apresentação do relatório da gestão a
695 ser apresentado no Pleno de Maio. Foi ressaltado o cuidado com os prazos para processos de
696 contratações relativos ao evento de posse, dentre esses, espaço e alimentação, por exemplo.
697 Sendo dialogado sobre a necessidade de ter um evento mais informal que possa exaltar as
698 lutas e alegrias com envio de convites aos parceiros das lutas. Foi registrado pela assessoria
699 jurídica que o relatório circunstanciado é uma exigência do código eleitoral que possui itens
700 obrigatórios e cabe ser verificado na elaboração do documento se todos os itens que atende a
701 norma foram atendidos. Feita a apresentação dos pontos, houve aprovação do Pleno. Ainda
702 foi sugerida a possibilidade de convidar as conselheiras da gestão anterior para participar da
703 cerimônia de posse, sendo aprovado o mérito, mas condicionada a análise da viabilidade
704 financeira. Por fim, foi falado da solicitação do Assessor Jurídico Vitor Alencar de realizar
705 trabalho remoto entre o período de 21/2 a 21/5/2023 para realizar formação acadêmica em
706 Coimbra - Portugal, assim, como forma de apoio à qualificação técnica e, por não ter
707 indicativo de interrupção de atendimento às demandas, desse modo, o Pleno aprovou o
708 pedido. Sem mais, no dia 11 de fevereiro de 2023, a sessão do Conselho Pleno foi encerrada
709 às dezoito horas e cinquenta minutos (18h50) e eu, Dácia Teles, na condição de conselheira
710 secretária, lavrei a presente ata, que assino em conjunto com a Presidenta do Conselho.

Brasília, 11 de fevereiro de 2023.

711
712
713
714
715

Maria Elizabeth Santana Borges
Conselheira Presidente

Dácia Cristina Teles Costa
Conselheira 1ª Secretária